

Bispos dão apoio ao Cimi e à Comissão de Terra

Da Sucursal do RIO

A Comissão representativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil manifestou seu apoio à atuação do Conselho Indigenista Missionário — CIMI — e da Comissão de Pastoral da Terra, decidindo que pela validade de seus trabalhos em favor do índio e dos camponeses os dois órgãos devem ser ligados à CNBB e suas ações devem ser integradas no plano de pastoral de conjunto da Conferência. Foi recomendado que os dois organismos se mantenham articulados entre si e com a seção brasileira da Pontifícia Comissão Justiça e Paz.

Em documento divulgado, ontem, e elaborado durante sua última reunião, realizada no mês passado, os prelados que formam a Comissão Representativa sugeriram que a Comissão Pastoral da Terra aprofunde o estudo sobre os efeitos do "modelo econômico brasileiro" e suas influências na problemática da terra, estude e divulgue problemas específicos de áreas particulares, prepare uma versão popular das leis da terra e de atenção especial ao problema das migrações. Aconselham ainda os bispos que a CPT aja em colaboração com outras igrejas e entidades engajadas na solução da problemática da terra.

Com relação aos índios foi enfatizada a necessidade de a igreja rever seus métodos de atividade missionária, tendo em vista o respeito aos direitos do índio, em especial o direito ao "habitat" natural, e o direito de autodeterminação quanto ao tipo e aos estágios de integração na sociedade nacional.

PROBLEMA DA TERRA

Apesar da sua grande extensão geográfica e da escassa densidade demográfica, o problema da terra torna-se cada vez mais grave no Brasil, salientaram os bispos, citando como causas principais a injusta

distribuição das terras em quase todo o País, a invasão indevida de propriedades, com "expulsão pura e simples de seus ocupantes, feita muitas vezes com violência e intimidações, e ainda a ambiguidade da política agrária oficial que, "embora reconheça a maior produtividade de pequenas propriedades, concede os mais amplos incentivos às grandes empresas agropecuárias". As migrações forçadas e a urbanização, "com seus trágicos problemas sociais" são algumas das consequências destas situações, lembradas pelos prelados.

Analisando o problema, eles salientam que, em nosso país a legítima posse da terra é garantida pelo "Estatuto da Terra" e outras leis em vigor e que por nossas características geográficas o processo de desenvolvimento exige: a) justa distribuição da terra, para que seu aproveitamento seja racional; b) política, agrária que incentive especialmente o pequeno lavrador e o assista tecnicamente e c) uma educação de base que motive e oriente o cultivo da terra.

Reconhecendo a necessidade de uma ação pastoral para atuar junto aos homens do campo, a Comissão Representativa da CNBB reconhece a validade da existência da Comissão de Pastoral da Terra, e além de manifestar-lhe seu apoio, indicou-lhe dois objetivos: o estudo concreto das diversas situações para que se encontre uma solução adequada e a preparação de agentes de pastoral da terra, que conheçam as leis vigentes e possam encaminhar as soluções adequadas.

Para uma maior eficácia de ação os bispos sugerem que a CPT estruture sua organização por áreas com afinidades de problemas, busque meios para autonomia administrativa e organizativa e integre sua ação pastoral com a pastoral das dioceses e regionais da CNBB.

Visando a um maior relacionamento entre a Comissão de Pastoral da Terra e a

Conferência, a CNBB deverá indicar um membro de sua comissão episcopal de pastoral como elemento de ligação entre os dois organismos, prometendo a Conferência dar apoio, na forma de meios e recursos humanos, à CPT. A Comissão Episcopal de Pastoral deverá também incluir no seu próximo plano bienal programas que visem concretamente a preocupação pela pastoral da terra.

INDÍGENAS

— "Em seu esforço de defender os mais pobres e desvalidos, a Igreja deve ajudar as comunidades indígenas a libertar-se das situações de afronta e desrespeito de seus direitos fundamentais, em relação à vida, aos meios de subsistência à propriedade de suas terras e à sua cultura", frisa o documento divulgado pela CNBB.

Julgam os bispos que a Igreja deve rever seus métodos de atividade missionária entre os índios porque está consciente de que a evangelização tem por objetivo "salvar o homem todo, onde isto for necessário".

— "Não se trata de apenas salvar almas. Não se trata de conquistar adeptos para esta ou aquela comunidade eclesial. Trata-se de salvar o homem, a pessoa humana, em Cristo", observa o documento. A situação dos indígenas requer uma corajosa atividade de evangelização que tenha em consideração o respeito aos direitos dos índios, em especial o direito ao "habitat" natural exigido pelas leis ecológicas e sócio-econômicas de sua cultura e o direito da autodeterminação quanto ao tipo e aos estágios de integração na sociedade nacional.

Julgam os bispos que essas exigências aparecem mais agudas atualmente devido ao momento histórico vivido pelo Brasil "com a política de integração territorial que exige urgentes medidas de defesa ao índio".